

PARTE I
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

| | |
|---|----|
| Capítulo 1 – Conceito e Classificações das Constituições | 3 |
| 1. O que é uma Constituição? Conceito de Constituição e Constitucionalismo. Uma advertência inicial..... | 3 |
| 2. Um ponto de partida: o conceito histórico-universal e a primeira definição de Constituição: a Constituição material como Constituição real | 4 |
| 2.1. A Constituição material e o seu sentido jurídico – Normativo. O movimento do Constitucionalismo na Inglaterra do Século XVII. A definição de Constitucionalismo | 7 |
| 2.2. O surgimento das Constituições formais no movimento do constitucionalismo. A Constituição (moderna) como a ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada em um documento escrito | 10 |
| 2.3. Mas o que acontece com a Constituição material? Ela deixa de existir juridicamente com o surgimento das Constituições formais? | 11 |
| 2.4. A Constituição formal e a sua relação com a constituição material no decorrer do tempo. Uma rápida advertência! | 12 |
| 2.5. Última digressão: o que é mesmo a Constituição Formal? A definição de suprallegalidade desenvolvida e explicitada nos EUA no começo do século XIX..... | 13 |
| 3. Classificações das Constituições: teorias tradicionais e usuais na doutrina pátria | 15 |
| 4. Classificação ontológica (ou essencialista) das Constituições de Karl Löewenstein | 29 |
| 5. Reflexões sobre as classificações tradicionais; o conceito de bloco de constitucionalidade; e o entendimento sobre a denominação intitulada de Neo-constitucionalismo | 31 |
| 6. Última digressão sobre a classificação das Constituições. O nosso ponto de vista (que nós defendemos e não apenas descrevemos): a classificação paradigmática das Constituições, com base na teoria discursiva da Constituição de Jürgen Habermas: uma abordagem crítica-reflexiva das Constituições Clássicas (Estado Liberal), Sociais (Estado Social) e de Estado Democrático de Direito..... | 43 |
| 7. Sentidos ou concepções do termo Constituição: sentidos clássicos e contemporâneos | 53 |
| 7.1. A Constituição dirigente de J. J. Gomes Canotilho: o debate sobre a constituição dirigente e o constitucionalismo moralmente reflexivo | 57 |
| 7.2. A Constituição para a Teoria dos Sistemas, de Niklas Luhmann | 62 |

| | |
|---|------------|
| 7.3. A Constituição na Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas | 65 |
| 7.4. A sociedade aberta de intérpretes da Constituição de Peter Häberle: Constituição como cultura e processo público | 69 |
| 7.5. A Força normativa da Constituição e a Constituição Aberta de Konrad Hesse | 72 |
| 7.6. A Constituição Simbólica de Marcelo Neves | 74 |
| 7.7. O conceito de Constituição Pluridimensional de Constituição de José Adércio Leite Sampaio | 76 |
| 8. Classificação quanto à aplicabilidade das Normas Constitucionais: Teoria de José Afonso do Silva | 78 |
| 9. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Carlos Ayres Brito e Celso Ribeiro Bastos | 85 |
| 10. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Maria Helena Diniz | 87 |
| 11. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso | 87 |
| 12. Classificação trabalhada por Uadi Lamego Bulos das normas constitucionais de eficácia exaurida | 88 |
| 13. Estrutura e Elementos das Constituições | 88 |
| Capítulo 2 – Poder Constituinte | 95 |
| 1. Introdução | 95 |
| 1.1. Um conceito preliminar de Poder Constituinte | 95 |
| 1.2. Revelar, dizer ou criar uma Constituição? | 96 |
| 2. Três Leituras Concorrentes no Discurso Jurídico Atual | 98 |
| 3. Poder Constituinte Originário | 99 |
| 3.1. Conceito e natureza jurídica | 99 |
| 3.2. Classificação | 101 |
| 3.3. Características do Poder Constituinte Originário | 102 |
| 3.4. Titularidade do Poder Constituinte Originário | 105 |
| 3.5. Poder Constituinte Originário e direitos adquiridos | 108 |
| 3.6. Dinâmica constitucional | 109 |
| 4. Poder Constituinte Derivado de Reforma da Constituição: Espécies e Limitações | 113 |
| 4.1. Análise Específica do Poder Constituinte Derivado de Revisão da Constituição | 116 |
| 5. Poder Constituinte (Derivado) Decorrente: Espécies, Caracteres e Limitações .. | 128 |
| 6. Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Uma Releitura Contemporânea e Sofisticada da Teoria do Poder Constituinte | 131 |
| Capítulo 3 – Hermenêutica e Hermenêutica Constitucional | 139 |
| 1. Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica | 139 |
| 1.1. Esclarecimentos iniciais: hermenêutica x interpretação | 139 |
| 1.2. O desenvolvimento histórico da Hermenêutica: do movimento protestante ao giro hermenêutico e linguístico | 140 |
| 1.2.1. A Hermenêutica Clássica | 140 |

| | |
|---|-----|
| 1.2.2. A Hermenêutica no movimento do giro hermenêutico e do giro linguístico | 146 |
| 1.3. A Hermenêutica na Ciência Jurídica: do século XVIII ao século XX (ou do Estado Liberal ao Estado Social) | 151 |
| 1.3.1. Uma disputa inicial: voluntas legislatoris x voluntas legis | 151 |
| 1.3.2. Os métodos clássicos de interpretação | 154 |
| 2. A Hermenêutica Constitucional | 161 |
| 2.1. A Hermenêutica Jurídica na era da Hermenêutica Constitucional | 161 |
| 2.2. Métodos de Interpretação Constitucional | 170 |
| 2.3. O debate no Direito Constitucional norte-americano: para além do debate entre interpretativistas e não interpretativistas | 177 |
| 2.4. A Hermenêutica Constitucional no paradigma do Estado Democrático de Direito: a ponderação de princípios por meio da técnica da proporcionalidade | 184 |
| 2.4.1. Considerações iniciais | 184 |
| 2.4.2. Princípios e regras | 185 |
| 2.4.3. Proporcionalidade x Razoabilidade | 190 |
| 2.4.4. A Estrutura “racional” da proporcionalidade | 192 |
| 2.4.5. A distinção das teorias de Alexy (ponderação de princípios pela proporcionalidade) e Dworkin (integridade do direito) | 197 |
| 2.4.6. A racionalidade das decisões judiciais: uma apreciação crítica à luz da teoria discursiva do direito e da democracia de Jürgen Habermas | 202 |

PARTE II

DIREITO CONSTITUCIONAL

| | |
|--|-----|
| Capítulo 4 – Princípios Fundamentais (Estruturantes) da Constituição de 1988... | 207 |
| 1. Introdução | 207 |
| 2. A noção de Princípios Jurídicos e sua reconstrução a partir do movimento do pós-positivismo | 207 |
| 3. Classificação dos Princípios Estruturantes | 211 |
| 4. Princípio Republicano | 211 |
| 5. Princípio do Estado Democrático de Direito | 212 |
| 5.1. Introdução: a conexão interna entre Direito e Democracia | 212 |
| 5.2. Estado de Direito | 213 |
| 5.3. Democracia | 216 |
| 6. Princípio Federativo | 217 |
| 7. Princípio da Separação de Poderes | 218 |
| 8. Fundamentos do Estado brasileiro | 220 |
| 8.1. Introdução | 220 |
| 8.2. Soberania | 221 |
| 8.3. Cidadania | 222 |
| 8.4. Dignidade Humana | 222 |
| 8.5. Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa | 227 |
| 8.6. Pluralismo Político | 228 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 5 – Teoria Geral dos Direitos Fundamentais | 229 |
| 1. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais | 229 |
| 1.1. O que são direitos fundamentais? | 229 |
| 1.1.1. Introdução | 229 |
| 1.1.2. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais | 231 |
| 1.1.3. Classificação dos direitos fundamentais | 234 |
| 1.1.4. Gerações de direitos fundamentais | 235 |
| 1.1.5. Direitos Fundamentais e suas funções: Uma análise introdutória .. | 241 |
| 1.1.6. Direitos Fundamentais como direitos de defesa..... | 243 |
| 1.1.7. Direitos Fundamentais como normas de proteção de institutos jurídicos | 245 |
| 1.1.8. Direitos Fundamentais como garantias positivas do exercício das liberdades..... | 246 |
| 1.1.9. Direitos Fundamentais como Garantias Institucionais | 249 |
| 1.2. Estrutura das normas sobre direitos fundamentais: direitos ou valores? | 250 |
| 1.3. Características dos direitos fundamentais | 250 |
| 1.4. Destinatário dos direitos fundamentais | 254 |
| 1.5. Vinculação dos Poderes Públicos..... | 255 |
| 1.6. Limitações (restrições) aos direitos fundamentais: a tese dos limites dos limites | 257 |
| 1.7. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: eficácia hori- zontal | 265 |
| Capítulo 6 – Os Direitos Fundamentais em Espécie na Constituição de 1988 | 273 |
| 1. Introdução: a noção de dignidade da pessoa humana como postulado/axio- ma justificante dos direitos fundamentais | 273 |
| 2. Vida..... | 275 |
| 3. Liberdade | 279 |
| 3.1. Liberdade de ação | 281 |
| 3.2. Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão..... | 281 |
| 3.3. Liberdade de Consciência e Liberdade de crença | 286 |
| 3.3.1. Liberdade de Consciência | 286 |
| 3.3.2. Liberdade de crença | 287 |
| 3.4. Liberdade de locomoção..... | 291 |
| 3.5. Liberdade de profissão | 291 |
| 3.6. Liberdade de reunião | 292 |
| 3.7. Liberdade de associação | 294 |
| 4. Igualdade | 296 |
| 5. Propriedade | 301 |
| 5.1. Conceito de propriedade | 301 |
| 5.2. Função Social da propriedade | 302 |
| 5.3. Formas de intervenção estatal no direito de propriedade: Servidão, De- sapropriação e Requisição..... | 303 |
| 5.3.1. Servidão | 303 |
| 5.3.2. Desapropriação | 304 |
| 5.3.3. Requisição | 306 |
| 5.4. Proteção constitucional ao bem de família | 307 |

| | |
|---|-----|
| 6. Direito à Privacidade, Direito à Intimidade e Direito à Imagem | 307 |
| 7. Quebras de sigilos: de correspondência, comunicação telegráfica e de dados. Interceptação telefônica e gravação clandestina | 310 |
| 8. A inviolabilidade do domicílio..... | 316 |
| 9. Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada | 318 |
| 10. O direito ao devido processo legal (constitucional) e seus princípios correlatos | 325 |
| 11. Provas ilícitas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas | 334 |
| 12. Direito Geral de informação, direito de certidão e direito de petição | 338 |
| 13. Diferença entre o Princípio da legalidade e o Princípio da reserva legal | 340 |
| 14. A questão dos Tratados Internacionais frente a Constituição: A nova exegese dos Tratados internacionais de direitos humanos | 342 |
| 15. O Tribunal Penal Internacional e a posição do Brasil frente ao mesmo..... | 345 |
| Capítulo 7 – Ações Constitucionais | 351 |
| 1. Mandado de Segurança | 351 |
| 1.1. Conceito..... | 351 |
| 1.2. Requisitos do Mandado de Segurança | 352 |
| 1.3. Espécies de Mandados de segurança | 355 |
| 1.4. Direito Líquido e Certo | 356 |
| 1.5. Cabimento | 358 |
| 1.6. Legitimidade do mandado de segurança..... | 364 |
| 1.7. Competência no Mandado de Segurança | 369 |
| 1.8. Procedimento | 372 |
| 1.9. Decisão, efeitos e recursos possíveis | 379 |
| 1.10. Prazo do Mandado de Segurança | 384 |
| 2. Mandado de Segurança Coletivo..... | 387 |
| 2.1. Conceito..... | 387 |
| 2.2. Finalidades..... | 388 |
| 2.3. Legitimidade do mandado de segurança coletivo | 388 |
| 2.4. Procedimento | 393 |
| 2.5. Decisão e seus efeitos..... | 393 |
| 3. Mandado de Injunção | 399 |
| 3.1. Conceito e Antecedentes Históricos..... | 399 |
| 3.2. Finalidades..... | 400 |
| 3.3. Requisitos | 400 |
| 3.4. Legitimidade..... | 401 |
| 3.5. Competência..... | 403 |
| 3.6. Procedimento | 404 |
| 3.7. Decisão, recursos viáveis e o relevante debate dos efeitos da decisão concessiva da injunção..... | 405 |
| 4. <i>Habeas Data</i> | 418 |
| 4.1. Conceito..... | 418 |
| 4.2. Cabimento | 418 |
| 4.3. Legitimidade..... | 420 |
| 4.4. Competência..... | 422 |
| 4.5. Procedimento | 424 |

| | |
|---|-----|
| 4.6. Decisão..... | 425 |
| 4.7. Considerações Finais..... | 426 |
| 5. Ação Popular..... | 427 |
| 5.1. Antecedentes históricos..... | 427 |
| 5.2. Conceito..... | 428 |
| 5.3. Requisitos da ação popular..... | 430 |
| 5.4. Legitimidade..... | 431 |
| 5.5. Procedimento..... | 435 |
| 5.6. Competência..... | 436 |
| 5.7. Decisão na ação popular..... | 438 |
| 5.8. Considerações Finais..... | 438 |
| 6. <i>Habeas Corpus</i> | 440 |
| 6.1. Origem do <i>habeas corpus</i> , a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> e a sua inserção nas Constituições pátrias (breve histórico)..... | 440 |
| 6.2. Conceito e natureza jurídica do instituto..... | 443 |
| 6.3. Algumas características da Ação de <i>habeas corpus</i> | 444 |
| 6.4. Espécies de <i>habeas corpus</i> | 445 |
| 6.5. Cabimento do <i>habeas corpus</i> | 446 |
| 6.6. Legitimidade ativa e passiva..... | 450 |
| 6.7. Competência..... | 451 |
| 6.8. Procedimento, decisão e recursos cabíveis..... | 454 |
| 6.9. Considerações finais..... | 457 |
| Capítulo 8 – Dos Direitos Sociais | 461 |
| 1. Introdução..... | 461 |
| 1.1. Conceito e desenvolvimento – perspectiva clássica..... | 461 |
| 1.2. A ideia de um “mínimo existencial”..... | 463 |
| 2. Classificação dos Direitos Sociais..... | 465 |
| 3. A “cláusula” da reserva do possível como limite de implementação dos direitos sociais..... | 465 |
| 3.1. Princípio da Proibição do Retrocesso..... | 469 |
| 4. Direitos Sociais do Trabalhador..... | 470 |
| 5. Direitos Sociais da Seguridade Social..... | 472 |
| 5.1. Direito à Saúde..... | 472 |
| 5.2. Direito à Previdência Social..... | 474 |
| 5.3. Direito à Assistência Social..... | 475 |
| 6. Direitos Sociais à Educação e à Cultura..... | 475 |
| 6.1. Direito à Educação..... | 475 |
| 6.2. Direito à Cultura..... | 477 |
| 7. Direitos relativos à moradia..... | 477 |
| 8. Direitos Sociais ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado..... | 478 |
| 9. Direitos Sociais da Criança e do Idoso..... | 479 |
| Capítulo 9 – Direitos da Nacionalidade | 481 |
| 1. Conceito de nacionalidade e algumas definições: povo, população, nação e cidadão..... | 481 |
| 2. Natureza jurídica dos direitos de nacionalidade..... | 481 |

| | |
|--|------------|
| 3. Espécies de nacionalidade..... | 482 |
| 4. Critério de aquisição da nacionalidade primária..... | 482 |
| 5. Critério de aquisição da nacionalidade secundária..... | 483 |
| 6. Análise específica do Brasil..... | 483 |
| 7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados..... | 490 |
| 8. Perda do direito de nacionalidade..... | 492 |
| 9. Extradicação, Expulsão e Deportação, Asilo Político e Refúgio..... | 496 |
| 10. Procedimento para a extradicação e decisão sobre a mesma..... | 497 |
| Capítulo 10 – Direitos Políticos..... | 509 |
| 1. Conceito..... | 509 |
| 2. Espécies..... | 509 |
| 3. Direito de Sufrágios: núcleo dos Direitos Políticos..... | 512 |
| 3.1. Conceito de Sufrágio..... | 512 |
| 3.2. Espécies de Sufrágio..... | 513 |
| 3.3. Digressões sobre o voto..... | 514 |
| 4. Sistemas eleitorais..... | 516 |
| 5. Direitos políticos positivos..... | 519 |
| 6. Direitos políticos negativos..... | 524 |
| 6.1. Espécies..... | 524 |
| 7. Perda ou suspensão dos direitos políticos..... | 536 |
| 8. Princípio da anualidade (ou da anterioridade) da legislação eleitoral..... | 542 |
| 9. Dos partidos políticos..... | 544 |
| Capítulo 11 – Organização do Estado..... | 555 |
| 1. Introdução..... | 555 |
| 2. Espécies ou tipos de formas de Estado..... | 555 |
| 3. Análise específica do Federalismo presente em nossa atual Constituição..... | 561 |
| 4. Técnicas de repartição de competências..... | 569 |
| Capítulo 12 – Da Intervenção Federal..... | 609 |
| 1. Princípios que regem a intervenção federal..... | 609 |
| 1.1. Princípio da excepcionalidade..... | 609 |
| 1.2. Princípio da Taxatividade..... | 610 |
| 1.3. Princípio da temporalidade..... | 610 |
| 2. Conceito..... | 610 |
| 3. Procedimentos..... | 611 |
| 4. Sobre os procedimentos anteriormente trabalhados algumas observações são pertinentes..... | 613 |
| 5. Intervenção Estadual..... | 617 |
| Capítulo 13 – Poder Legislativo..... | 619 |
| 1. Funções..... | 619 |
| 1.1. Funções típicas..... | 619 |
| 1.2. Funções atípicas..... | 620 |
| 2. Composição..... | 620 |
| 3. Funcionamento e Estrutura do Poder Legislativo..... | 624 |
| 3.1. Funcionamento..... | 624 |

| | |
|---|------------|
| 3.1.1. Legislatura..... | 624 |
| 3.1.2. Sessão legislativa..... | 624 |
| 3.1.2.1. Exceções..... | 624 |
| 3.1.3. Período legislativo..... | 624 |
| 3.1.4. Sessão ordinária..... | 625 |
| 3.1.5. Sessão extraordinária..... | 626 |
| 3.1.6. Sessão legislativa extraordinária..... | 626 |
| 3.2. Estrutura das Casas legislativas..... | 628 |
| 3.2.1. Mesas das Casas. O que são as mesas?..... | 628 |
| 3.2.2. Comissões..... | 630 |
| 4. Estatuto dos Congressistas..... | 639 |
| 4.1. Conceito..... | 639 |
| 4.2. Análise..... | 640 |
| 5. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas..... | 659 |
| Capítulo 14 – Processo Legislativo..... | 667 |
| 1. Conceito..... | 667 |
| 1.1. Conceito jurídico..... | 667 |
| 1.2. Conceito sociológico..... | 667 |
| 2. Espécies Normativas Primárias..... | 667 |
| 3. Tipos de processo legislativo..... | 668 |
| 3.1. No que diz respeito à organização política..... | 668 |
| 3.2. No que diz respeito ao aspecto técnico jurídico..... | 668 |
| 4. Fases do processo legislativo..... | 670 |
| 4.1. Fase introdutória (de iniciativa)..... | 670 |
| 4.2. Fase constitutiva..... | 670 |
| 4.3. Fase complementar (integração de eficácia)..... | 670 |
| 4.4. Observações sobre a fase de iniciativa ou introdutória..... | 670 |
| 4.4.1. Conceito de iniciativa..... | 670 |
| 4.4.2. Espécies de iniciativa..... | 671 |
| 4.4.3. Observações finais sobre a fase de iniciativa..... | 672 |
| 5. Processo Legislativo Ordinário – Lei ordinária..... | 673 |
| 6. Processos Legislativos Especiais – Leis Complementares..... | 683 |
| 7. Processos Legislativos Especiais - Leis Delegadas..... | 687 |
| 7.1. Leis Delegadas: Conceito..... | 687 |
| 7.2. Procedimentos..... | 687 |
| 8. Medidas Provisórias..... | 689 |
| 8.1. Conceito..... | 689 |
| 8.2. Diferenças: Antes e depois da EC nº 32/01 da CR/88..... | 690 |
| 8.3. Procedimentos de tramitação de uma MP..... | 692 |
| 9. Processo Legislativo Especial das Emendas Constitucionais..... | 701 |
| 9.1. Conceito..... | 701 |
| 9.2. Procedimento..... | 701 |
| 10. Processo Legislativo especial dos Decretos Legislativos e Resoluções..... | 703 |
| 10.1. Conceito geral..... | 703 |
| 10.2. Conceito de Decreto Legislativo..... | 703 |
| 10.3. Procedimento do Decreto Legislativo..... | 703 |

| | |
|--|-----|
| 10.4. Conceito de Resoluções | 704 |
| 10.5. Procedimento das Resoluções | 705 |
| Capítulo 15 – Poder Executivo | 707 |
| 1. Introdução | 707 |
| 2. Funções | 707 |
| 2.1. Função típica | 707 |
| 2.2. Funções atípicas | 707 |
| 3. Sistema de governo | 708 |
| 3.1. Conceito..... | 708 |
| 3.2. Principais espécies | 708 |
| 4. Estrutura do Poder Executivo | 709 |
| 5. Crimes de Responsabilidade e Crimes Comuns do Presidente da República | 721 |
| 5.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República | 721 |
| 5.2. Crimes Comuns do Presidente da República | 724 |
| Capítulo 16 – Poder Judiciário | 729 |
| 1. Funções do Poder Judiciário..... | 729 |
| 2. Órgãos do Poder Judiciário..... | 730 |
| 3. Garantias..... | 736 |
| 4. Observações importantes sobre o Poder Judiciário | 743 |
| 5. Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário..... | 747 |
| 6. Supremo Tribunal Federal..... | 748 |
| 7. Súmulas Vinculantes..... | 782 |
| 8. Superior Tribunal de Justiça..... | 790 |
| 9. Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho | 796 |
| 10. Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral | 802 |
| 11. Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar | 804 |
| 12. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais e Tribunais de Justiça e Juízes de Direito..... | 806 |
| 13. Considerações Finais sobre o Poder Judiciário..... | 814 |
| Capítulo 17 – Funções Essenciais à Justiça | 829 |
| 1. Ministério Público | 829 |
| 2. Advocacia pública | 850 |
| 3. Advocacia | 853 |
| 4. Defensoria pública | 859 |
| Capítulo 18 – Defesa do Estado e das Instituições Democráticas | 867 |
| 1. Introdução: Finalidade das Medidas | 867 |
| 2. Princípios Norteadores | 868 |
| 3. Estado de Defesa | 869 |
| 3.1. Conceito e Hipóteses | 869 |
| 3.2. Hipóteses | 870 |
| 3.2.2. Requisitos para a Decretação..... | 870 |
| 3.3. Procedimento | 871 |
| 3.4. Prazo | 871 |
| 3.5. Abrangência | 871 |

| | |
|---|------------|
| 3.6. Controle..... | 872 |
| 3.7. Restrições de Direitos..... | 873 |
| 4. Estado de Sítio..... | 873 |
| 4.1. Conceito..... | 873 |
| 4.2. Hipóteses..... | 874 |
| 4.3. Procedimento..... | 874 |
| 4.4. Prazo..... | 875 |
| 4.5. Abrangência..... | 875 |
| 4.6. Controle..... | 875 |
| 4.7. Restrições..... | 877 |
| 5. Forças Armadas..... | 877 |
| 6. Segurança Pública..... | 880 |
| 6.1. Polícias da União..... | 881 |
| 6.2. Polícias dos Estados..... | 881 |
| 6.3. Polícia do Distrito Federal..... | 883 |
| 6.4. Polícia dos Municípios..... | 883 |
| Capítulo 19 – Controle de Constitucionalidade..... | 885 |
| 1. Controle de Constitucionalidade..... | 885 |
| 1.1. Conceito..... | 885 |
| 1.2. Espécies (tipos) de inconstitucionalidade..... | 887 |
| 1.3. Matrizes e Modalidades de Controle de Constitucionalidade..... | 894 |
| 1.4. Análise do Brasil: Regra geral e exceções..... | 902 |
| 1.5. Notas históricas sobre o controle judicial repressivo..... | 905 |
| 2. Controle Concentrado de Constitucionalidade no Brasil..... | 925 |
| 2.1. ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade..... | 925 |
| 2.1.1. Conceito..... | 925 |
| 2.1.2. Objeto da ADI..... | 925 |
| 3. Legitimidade..... | 938 |
| 4. Procedimento da ADI..... | 940 |
| 5. Julgamento da ADI..... | 946 |
| 6. Algumas observações finais..... | 955 |
| 7. Procedimento da medida cautelar..... | 958 |
| 7.1. Fundamento da medida cautelar em ADI..... | 958 |
| 7.2. Procedimento..... | 958 |
| 7.3. Efeitos diferenciados da decisão da cautelar em relação à decisão de mérito..... | 959 |
| 7.4. Observações finais sobre a medida cautelar..... | 959 |
| 8. Procedimento especial (diferenciado) na ADI..... | 960 |
| 9. ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade..... | 961 |
| 9.1. Conceito..... | 961 |
| 9.2. Objeto..... | 961 |
| 9.3. Finalidade da ADC..... | 961 |
| 9.4. Legitimidade..... | 962 |
| 9.5. Procedimento..... | 962 |
| 9.6. Julgamento da ADC..... | 964 |
| 9.7. Efeitos da decisão da ADC..... | 964 |

| | |
|--|------|
| 9.8. Observações finais sobre a ADC | 965 |
| 10. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão | 966 |
| 10.1. Conceito..... | 966 |
| 10.2. Objeto | 966 |
| 10.3. Legitimidade..... | 967 |
| 10.4. Espécies de ADI por omissão | 967 |
| 10.5. Procedimento..... | 969 |
| 10.5.1. Procedimento da ADI por omissão total | 969 |
| 10.5.2. Procedimento da ADI por omissão parcial..... | 969 |
| 10.6. Julgamento da ADI por omissão total ou parcial | 971 |
| 10.6.1. Efeitos da decisão de uma ADI por omissão..... | 971 |
| 11. Observações finais..... | 975 |
| 12. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva | 976 |
| 12.1. Conceito..... | 976 |
| 12.2. Finalidades..... | 977 |
| 12.3. Objeto | 977 |
| 12.4. Legitimidade ativa..... | 978 |
| 12.5. Procedimento..... | 978 |
| 12.6. Julgamento..... | 979 |
| 12.7. Efeitos da Decisão: provimento de uma ADI interventiva | 979 |
| 12.8. Observações Finais sobre a ADI interventiva | 980 |
| 13. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) | 980 |
| 13.1. Conceito..... | 980 |
| 13.2. Espécies de ADPF | 982 |
| 13.3. Objeto | 984 |
| 13.4. Legitimidade | 985 |
| 13.5. Procedimento | 985 |
| 13.6. Julgamento..... | 990 |
| 13.7. Efeitos da decisão da ADPF..... | 991 |
| 13.8. Observações finais..... | 992 |
| 14. Controle Concentrado In Abstrato de Constitucionalidade no Âmbito Estadual e do DF | 993 |
| 15. Últimas Considerações sobre o Controle de Constitucionalidade | 1002 |
| 15.1. Interpretação conforme a Constituição | 1002 |
| 15.1.1. Introdução | 1002 |
| 15.1.2. Conceito..... | 1003 |
| 15.1.3. Efeitos da interpretação conforme a Constituição | 1003 |
| 15.1.4. Observação Final..... | 1004 |
| 16. Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto | 1004 |
| 16.1. Introdução | 1004 |
| 16.2. Conceito..... | 1005 |
| 16.3. Observações finais..... | 1005 |
| 16.4. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade..... | 1006 |
| 16.5. Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional | 1007 |
| 17. Sentenças intermediárias: sobretudo as sentenças normativas | 1009 |
| 17.1. Conceito..... | 1009 |

| | |
|---|-------------|
| 18. As Sentenças Intermediárias no Controle de Constitucionalidade..... | 1011 |
| 18.1. Introdução..... | 1011 |
| 18.1. Sentenças Interpretativas..... | 1012 |
| 18.1.1 A Interpretação conforme a Constituição..... | 1013 |
| 18.1.2. Declaração de inconstitucionalidade (nulidade) parcial sem redução de texto..... | 1014 |
| 18.2. Sentenças aditivas..... | 1015 |
| 18.3. Sentenças aditivas de princípios..... | 1016 |
| 18.4. Sentenças substitutivas..... | 1017 |
| 18.5. Sentenças Transitivas..... | 1017 |
| 18.5.1. Introdução..... | 1017 |
| 18.5.2. Sentenças de inconstitucionalidade <i>sem</i> efeito ablativo..... | 1021 |
| 18.5.3. Sentença de inconstitucionalidade <i>com</i> ablação diferida..... | 1022 |
| 18.5.4. Sentenças de Apelo ou apelativas (declaração de constitucionalidade de norma “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade provisória ou inconstitucionalidade progressiva).. | 1022 |
| 18.5.5. Sentenças de aviso..... | 1023 |
| 18.5.6. Conclusão..... | 1023 |
| Capítulo 20 – Da Ordem Econômica e da Ordem Social..... | 1025 |
| 1. O Conceito de “Ordem”..... | 1025 |
| 2. A Ordem Econômica..... | 1025 |
| 2.1. A Ordem Econômica e a Constituição Econômica..... | 1026 |
| 2.2. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988..... | 1027 |
| 2.3. Princípios da Ordem Econômica..... | 1029 |
| 2.3.1. Função Social da Propriedade Urbana/Rural..... | 1029 |
| 2.3.2. Livre Concorrência..... | 1030 |
| 2.3.3. Defesa do Consumidor..... | 1032 |
| 2.4. A Política Urbana..... | 1033 |
| 2.4.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana..... | 1034 |
| 2.5. A Política Agrícola e Fundiária..... | 1035 |
| 2.5.1. Desapropriação para fins de Reforma Agrária..... | 1036 |
| 3. A Ordem Social..... | 1037 |
| 3.1. A Seguridade Social..... | 1037 |
| 3.1.1. Saúde..... | 1038 |
| 3.1.2. Previdência Social..... | 1040 |
| 3.1.3. Assistência Social..... | 1042 |
| 3.2. A Educação, a Cultura e o Desporto..... | 1043 |
| 3.3. A Ciência e Tecnologia..... | 1048 |
| 3.4. A Comunicação Social..... | 1048 |
| 3.5. O Meio Ambiente..... | 1048 |
| 3.6. A Família, a Criança, o Adolescente e o Idoso..... | 1050 |
| 3.7. Os Índios..... | 1052 |
| Referências Bibliográficas..... | 1057 |